

Prezado **fornecedor**,

Em atenção ao pedido apresentado pela **XXXXXXX Ltda.** referente aos **itens XX (descrição do item), XX (descrição do item) e XX (descrição do item)** do **Contrato nº XX/20XX, PE XXXXX/20XX**, informamos que:

1-Atualização contratual e reajuste

-Antes de qualquer solicitação de reequilíbrio, é necessário esgotar as hipóteses de reajuste previstas contratualmente.

-O contrato já prevê cláusula de reajuste **anual, pelo índice IPCA, a partir de setembro/2025 (verificar o que o contrato prevê de reajuste).**

2 -Possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro

-As leis que regem o certame autorizam alterações apenas em situações excepcionais: força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis/previsíveis de consequências incalculáveis.

-Para isso, é imprescindível comprovar documentalmente que houve uma **variação extraordinária de preços** no mercado, que torne inviável a execução do contrato nos valores pactuados

3- Documentação necessária

-Solicitamos, portanto, que a **nome do fornecedor** encaminhe:

- Solicitação de análise;
- Notas fiscais da época do início do contrato (**xxxxx/20XX**);
- Notas fiscais atuais de aquisição do produto;
- Qualquer outra documentação de suporte (planilhas comparativas, relatórios de fornecedores, notícias sobre alteração dos preços etc.)

4 - Como será daqui em diante:

- Com a documentação apresentada, o IFSC fará a análise preliminar.
- Caso haja indícios de variação extraordinária o processo poderá ser avaliado sob as hipóteses descritas em lei;
- Em seguida, os autos serão encaminhados à área contábil e jurídica para manifestação, e somente após esse trâmite poderá haver decisão administrativa.

Muito importante:

- Ressaltamos que a mera variação normal de mercado **não garante a concessão de reequilíbrio**, pois esse risco faz parte da atividade econômica do fornecedor. A aceitação dependerá exclusivamente da comprovação robusta e da análise técnico-jurídica.
- Independentemente dessa análise **pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e do tempo necessário para sua tramitação**, permanece em pleno vigor a obrigação contratual da empresa de **manter o fornecimento dos itens nos valores e**

condições estabelecidos no contrato. O descumprimento desta obrigação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo advertência, multa, suspensão e impedimento de licitar com a Administração Pública.

Atenciosamente,